

Universidade do Porto

**MULHERES ALEGADAMENTE VÍTIMAS DE AGRESSÃO SEXUAL EM
SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE**

Luciana da Silva Rocha

setembro de 2017

Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses, apresentada à
Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, orientada
pela Professora Doutora Teresa Maria Salgado de Magalhães
e coorientada pelo Mestre António Paulo Vieira Pinto

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, as quais podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se as mesmas devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

**“The emotional, sexual and psychological
stereotyping of females begins when the
doctor says, ‘it’s a girl’.”**

Shirley Chisholm

AGRADECIMENTOS

Aos Docentes do Segundo Ciclo em Ciências Forenses da Universidade do Porto, por terem contribuído para o meu crescimento intelectual e para a minha evolução enquanto estudante e futura profissional.

À Professora Doutora Teresa Magalhães, pela partilha de conhecimentos, pela forma entusiasta e única de transmitir os seus saberes, que faz com que ganhemos um sentido especial da importância e urgência no tratamento de temas como o que aborda a presente investigação. O meu particular reconhecimento pela sua experiência e, consequentemente, o seu valioso auxílio para que este estudo fosse possível.

Ao Mestre Paulo Pinto, pela sua incansável dedicação. É um facto que o tempo é algo precioso, mas também é o que nós queremos e fazemos dele. Por isso, apesar de todas as situações menos favoráveis que possam ter surgido no decurso desta dissertação, a minha infindável gratidão por todo o acompanhamento, colaboração, amparo, encorajamento e, acima de tudo, por me incitar a ser sempre mais e melhor.

À Doutora Margarida Cardoso, pelo imprescindível apoio na análise estatística deste estudo. Pelo seu valioso contributo, pela sua constante disponibilidade e pelo persistente estímulo ao aumento do meu conhecimento na área.

À Guarda Nacional Republicana, visto ter sido a instituição que me proporcionou a possibilidade de ir com a investigação avante. Esta não teria sido exequível sem a sua alçada. O meu agradecimento pela forma exime de como a apoiou desde o primeiro contacto.

A todos e todas que, de alguma forma, me auxiliaram na concretização desta investigação, a minha sincera gratidão.

Dedico:

Aos meus Pais, pelo apoio incondicional e pelo essencial suporte a todos os patamares que sempre me deram ao longo da vida. O meu obrigada, ainda que não seja capaz de retribuir tudo o que de benéfico têm feito por mim.

A todas as mulheres, vítimas de violência sexual decorrente das suas relações íntimas. Que investigações como esta sejam vistas como um motor que ajude a chegar às vítimas que sofrem, que calam e que suportam este tipo de violência. Radicalizar, seja qual for a violência, é praticamente irrealizável, mas é sempre possível contribuirmos de forma positiva, assertiva, para que cifras negras baixem consideravelmente.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VI
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII
RESUMO	VIII
ABSTRACT	X
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MATERIAL E MÉTODOS	9
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	11
3.1. Proporção de alegadas ocorrências de violência sexual na amostra recolhida.....	11
3.2. Caracterização das alegadas vítimas.....	14
3.3. Caracterização dos alegados agressores	17
3.4. Potenciais fatores de risco à ocorrência de violência sexual nas relações de intimidade..	22
3.5. Caracterização da violência sexual e sua respectiva relação com os demais tipos de violência nas relações de intimidade, e possíveis consequências daí decorrentes	24
3.6. Limitações do estudo	28
4. CONCLUSÕES	30
5. REFERÊNCIAS	32

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Taxonomia VSRI. Adaptado de Bagwell-Gray et al. (2015).....	6
---	---

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Proporção de alegadas ocorrências de VS obtidas através dos AVD vs. proporção obtida através das RVD - 1L.	14
Tabela 2 - Caracterização das alegadas vítimas.	17
Tabela 3 - Caracterização dos alegados agressores.	22
Tabela 4 - Caracterização dos potenciais fatores de risco à ocorrência de VSRI.	24
Tabela 5 - Caracterização da VS e sua respectiva relação com os demais tipos de violência ocorridos no contexto de uma RI bem como possíveis consequências daí decorrentes.	28

LISTA DE ABREVIATURAS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
AS	Agressão Sexual
AVD	Auto de Violência Doméstica
CP	Código Penal
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
OMS	Organização Mundial de Saúde
RAMVD	Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica
RI	Relação de Intimidade
RVD - 1L	Ficha de avaliação de risco para situações de violência doméstica
SGMAI	Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna
SPSS [®]	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
VD	Violência Doméstica
VRI	Violência nas Relações de Intimidade
VS	Violência Sexual
VSRI	Violência Sexual nas Relações de Intimidade

RESUMO

A capacidade que existe para avaliar a incidência e prevalência da violência sexual nas relações de intimidade (VSRI) é suscetível de ser seriamente limitada por fatores culturais que conspiram contra a mulher no sentido de a manter invisível. Este é um problema que se tem vindo a manifestar desde sempre e em qualquer parte do mundo. Apesar disso, tem sido largamente negligenciado também pelo facto de ser menosprezado pelas próprias mulheres. Atualmente, persistem dificuldades em identificar, definir e medir este fenómeno.

Assim, pretende-se com a presente investigação, contribuir para uma melhor compreensão sobre o conhecimento e a perceção que as mulheres têm sobre a violência sexual exercida contra elas pelo seu parceiro íntimo.

Para desenvolver o trabalho analisamos 1820 alegados casos de violência nas relações de intimidade, registados no ano de 2015 no distrito do Porto, a partir de ocorrências de alegadas situações de violência doméstica, provenientes da Guarda Nacional Republicana, relativamente aos aspetos sociodemográficos e outras variáveis consideradas importantes, que permitissem as análises e caracterizações desejadas. Uma proporção de 2.3% (n=42) de VSRI foi registada na amostra analisada.

As alegadas vítimas são maioritariamente casadas (77.5%), titulares do ensino básico (75.0%), não dependentes economicamente do ofensor (61.0%). Os alegados agressores na sua maioria são casados (73.7%), detentores do ensino básico (86.5%), ativos no mercado de trabalho (77.8%). No que respeita aos potenciais fatores de risco à ocorrência de VSRI, não foram encontrados resultados relevantes em relação à posse de armas (16.7%) e ao consumo de estupefacientes (7.3%). O consumo de álcool foi o mais significativo (61.0%). Quanto à coocorrência da VS com outros tipos de violência decorrentes de uma relação de intimidade, os resultados indicaram que aquela não é, em regra, um ato isolado. No que concerne às

consequências decorrentes da VSRI para as alegadas vítimas, este estudo apenas proporcionou a obtenção das mesmas a nível físico, não revelando, na sua maioria, a existência de lesões.

Assim, e por se acreditar que todos temos uma quota-parte de responsabilidade na identificação dos casos, esperamos interceder positivamente junto das mulheres que possam vir a ser potenciais vítimas, visando a mais rápida e melhor proteção das mesmas.

Palavras-chave: mulheres; violência nas relações de intimidade; violência sexual; crenças e mitos.

ABSTRACT

The capacity that exists to measure the incidence and prevalence on the intimate partner sexual violence (IPSV) is likely to be severely limited by cultural factors that conspire against women in order to keep her invisible. This is a problem that has been manifesting since and in any part of the world. Despite this, it has been largely neglected also by the fact that it is invalidated by the women themselves.

Currently, there are still difficulties in identifying, defining and measuring this phenomenon.

With this investigation it is intended a contribution for a better understanding about the consciousness and perception of women about sexual violence exercised against them by their intimate partners.

In order to develop this study, we analyzed 1820 alleged cases of intimate partner violence registered in 2015 at Oporto district, based on the occurrences of alleged domestic violence cases from the Portuguese National Guard, regarding sociodemographic aspects and other variables considered important, that allowed the analyzes and characterizations desired. A proportion of 2.3% (n=42) of IPSV was recorded in the sample analyzed.

As alleged victims are mostly married (77.5%), holders of basic education (75.0%), not economically dependent on the offender (61.0%). The alleged perpetrators are mostly married (73.7%), holders of basic education (86.5%), active in the laboral world (77.8%). Regarding the potential risk factors for the occurrence of IPSV, no relevant results were found regarding arms possession (16.7%) and drug use (7.3%). Alcohol consumption was the most significant (61.0%). As to the co-occurrence of sexual violence with other types of violence due to intimacy, the results indicated that it is not, as a rule, an isolated act. Concerning the consequences of IPSV for the alleged victims, this study only provided the physical results,

and most of them did not reveal the existence of injuries.

Then, and for believe that the identification of all these cases belong to all of us, we hope intercede positively in women who may be potential victims looking for a faster and better protection of them.

Keywords: women; intimate partner violence; sexual violence; myths and beliefs.

1. INTRODUÇÃO

A violência nas relações de intimidade (VRI) inclui atos de agressão física, sexual, abuso emocional e outros comportamentos controladores perpetrados por cônjuge, companheiro ou namorado da vítima (Heise, Ellsberg, & Gottmoeller, 2002). Pode ocorrer durante uma relação, independentemente da sua duração, ou após o seu término (Argento et al., 2014; Carmo, Grams, & Magalhães, 2011; Concha-Eastman & Krug, 2002; Guruge, Jayasuriya-Illesinghe, Gunawardena, & Perera, 2016; Harvey, Garcia-Moreno, & Butchart, 2007; Reisenhofer & Taft, 2013; Tiwari et al., 2014).

A VRI e a agressão sexual (AS) contra as mulheres têm vindo a ser reconhecidas como um dos principais problemas de saúde pública e como uma grave violação dos direitos humanos (Harvey et al., 2007). Contudo, em comparação com outros tipos de violência, à AS, é atribuída uma menor importância, tanto a nível da literatura como dos meios de comunicação social (Basile, 2002). O foco em agressões físicas, ameaças e até mesmo no abuso emocional em estudos sobre a violência doméstica (VD) tende a obscurecer o facto de que em muitos casos a VS é também uma componente da VRI (E.K. Martin, C.T. Taft, & P.A. Resick, 2007). Porém, tal não significa que seja menos frequente do que a VS cometida por estranhos, levando mesmo alguns autores a considerar ser mais comum (Argento et al., 2014).

A prevalência de outras formas de VS, como a coerção, também não tem recebido a devida atenção, visto que as mulheres crescem numa cultura que as faz crer que devem satisfazer os seus companheiros sexualmente. Estes e outros tipos de abuso são, diversas vezes, aceites por aquelas como parte do “contrato matrimonial” (Tiwari et al., 2014).

A VSRI está associada com a violência física nestas relações (Basile, 2008), abuso verbal e psicológico (Katz, Moore, & May, 2008), outros atos coercivos e de controlo (Logan,

Cole, & Shannon, 2007), bem como com a frequência e a gravidade do abuso (Josephs & Abel, 2009), história prévia de abuso e má qualidade da relação em geral (Katz et al., 2008; Logan et al., 2007). Há ainda relatos que demonstram que quando as mulheres se mostram passivas em termos de sexualidade, ou quando os seus maridos não eram sexualmente satisfeitos, os comportamentos de violência aumentavam. As mulheres declararam que quando recusaram as demandas sexuais dos seus parceiros, estes reagiram com insistência ou através da violência, de insultos ou ameaças (Ipekten Alaman & Yıldız, 2014).

O tempo e duração, o padrão de quando e em que circunstâncias ocorrem as agressões sexuais não têm sido bem documentados na literatura. Estudos, até ao momento, indicam que podem ocorrer na ausência de abuso físico, quando um casamento se está a deteriorar, após longos períodos sem contacto sexual ou quando o marido é suspeito de infidelidade, entre outros (Neal & Edwards, 2017).

A VRI, sobretudo na sua vertente sexual, é predominantemente vista como um comportamento masculino que é explicado como uma procura de poder em situações nas quais as atribuições masculinas e femininas começam a ser transformadas e resultam em conflitos sobre a relação hierárquica tradicional, na qual o homem surge como superior. Neste sentido, os estudos efetuados apontam para que na sua maioria das vezes, em relações heterossexuais, a mulher apareça como vítima, enquanto nos casais homossexuais parece existir uma crise de identidades a qual também gera violência (Garcia-Moreno, Jansen, Ellsberg, Heise, & Watts, 2006; Schraiber, D'oliveira, & Junior, 2008).

A VSRI não é um crime motivado pelo desejo sexual, mas sim pela vontade de controlar e exercer poder sobre a vítima, de a humilhar e magoar. O que é violado é a integridade emocional, psicológica, física, moral e ética (Mira, 2016). A ideologia e a crença que se baseia no livre direito masculino às práticas sexuais, faz com que os homens, muitas

das vezes, excluam a ideia de que a mulher tem o direito de tomar uma decisão autónoma sobre a sua própria participação no ato sexual (OMS, 2012).

Em suma, várias perspectivas teóricas explicativas da AS, designadamente as abordagens feministas e as teorias socioculturais, defendem que os papéis estereotipados de género e os guiões sociais que orientam o comportamento de homens e mulheres no contexto interpessoal (e.g., “os homens são dominadores e agressivos” e “as mulheres são passivas e submissas”) potenciem a criação de mitos socioculturais (e.g., “as mulheres dizem não a uma relação sexual quando, na verdade, querem dizer sim”) e outras atitudes sexistas que facilitam a perpetração de atos de VS contra as mulheres. Estas ideias, concetualizadas como estereótipos ou falsas crenças sobre a violação, visam, assim, negar ou justificar a AS masculina (Peixoto, Matos, & Machado, 2013).

Uma revisão da literatura sobre as variáveis etiológicas implicadas no comportamento sexualmente agressivo, permite sinalizar uma complexa rede de fatores multidimensionais: socioculturais (e.g., os valores culturais), institucionais (e.g., grupos de pares, escolas), interpessoais (e.g., características relacionais, características da vítima, mal-entendidos entre vítima e ofensor) e individuais (e.g., atitudes, traços de personalidade) que, de uma forma mais distal ou proximal, favorecem a ocorrência da VS na intimidade (Davis, 2000).

Há autores que defendem existir diferentes estratégias que provocam a perpetração da VSRI: (a) estratégia fisicamente violenta - onde as vítimas interagem sexualmente com os parceiros, pois a violência física pode ser utilizada diretamente para obtenção do ato sexual em si; (b) estratégia de coerção sexual - as vítimas podem aceder aos avanços sexuais dos parceiros por estes se acharem no direito de cobrar os seus deveres de esposa/companheira ou por estas apresentarem crenças de que é sua responsabilidade satisfazer os seus companheiros; (c) estratégia de coerção interpessoal - o envolvimento sexual das mulheres com os seus

parceiros pode surgir num ambiente marcado pela presença do poder e controlo daqueles, para que não haja aso à existência de outros comportamentos abusivos (Bergen & Barnhill, 2006; E.K. Martin et al., 2007).

Uma série de causas contribui para a sub-representação e relutância das mulheres em denunciarem as suas experiências. São exemplos a lealdade ao marido e a privacidade da família, a falta de vontade de aceitar a sua própria vitimização e a dificuldade em rotular a sua experiência como "violação" (Reisenhofer & Taft, 2013). O consumo de álcool por parte do agressor também pode ser considerado um fator influente no aumento da taxa de mulheres agredidas sexualmente, mas também pode diminuir o reconhecimento e a divulgação por parte das vítimas, dado que é considerado uma desculpa, frequentemente aceite por estas (Abrahams, Jewkes, Hoffman, & Laubsher, 2004; Caridade & Machado, 2012; Day et al., 2003; Mahoney, 2007; Elaine K Martin, Casey T Taft, & Patricia A Resick, 2007).

A decisão de adiamento da denúncia pode ser devida ao aumento da dependência económica, ao desejo das mulheres em manter a família intacta, ou ao desejo de evitar o conflito de custódia das crianças nos casos em que existam. A perda de estatuto social, e até mesmo da própria família, também pode pesar nesta decisão (Feder, Hutson, Ramsay, & Taket, 2006; Reisenhofer & Taft, 2013).

Acresce que as mulheres enfrentam grandes riscos quando reconhecem estes atos como abusivos e pedem ajuda, tanto por parte do seu agressor, como do seu seio familiar e grupo de amigos. Mas, quando preferem não o admitir ou revelar, por vergonha e/ou medos, o relacionamento poderá acabar por tornar-se ainda mais difícil e de maior risco (Feder et al., 2006; Reisenhofer & Taft, 2013).

A VSRI é sentida por muitas mulheres como uma privatização de uma violência estrutural, cultural e simbólica sobre elas. Ou seja, uma culpabilização permanente pelo que não faziam, a desvalorização e humilhação constantes a que eram submetidas, a vergonha e

rebaixamento sentidos pelo vivido, a indiferença à opressão e à pessoa que as reprimia, o uso e a “coisificação” dos seus corpos para acalmarem o parceiro e diminuírem a violência: uma realidade que também observaram nas suas progenitoras e em muitas amigas. A hierarquia tradicional, a qual superioriza o homem, e do amor romântico, parecem estar entrelaçadas, desencadeando e favorecendo a manutenção das mulheres nas relações violentas (P. A. de Souza & Da Ros, 2006).

Em Portugal, sobretudo a partir do início da década de 90, começou a verificar-se uma maior consciencialização sobre a gravidade e dimensão do problema da VRI (Caridade & Machado, 2012).

Nos últimos anos, têm existido poucos estudos referidos na literatura portuguesa sendo que os que existem focam mais a temática da VRI nos jovens e adolescentes, cingindo-se sobretudo ao namoro (Caridade & Machado, 2008, 2012; Oliveira & Sani, 2009; Silva, 2014; Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013). Tal literatura tem vindo a documentar não só a elevada incidência e prevalência do fenómeno, mas também o impacto e as consequências nefastas que este tipo de experiências abusivas poderá acarretar para as suas vítimas (Caridade & Machado, 2008; Oliveira & Sani, 2009).

Um outro aspeto não tão bem esclarecido no âmbito deste tema, e comum a outros tipos de violência, é relativo à não uniformização das delimitações terminológicas e definições utilizadas. Neste sentido, torna-se essencial clarificar e standardizar aquelas de forma a proporcionar uma melhor compreensão na ótica do leitor e, mais importante, na prática dos investigadores (A. P. V. Pinto, 2015). Na figura 1, é apresentado um esquema que auxilia e complementa a presente pesquisa nesse sentido. Está organizado segundo o tipo de atividade sexual (se há ou não existência de penetração de cavidade corporal natural) e o tipo de força exercido (se a força física está ou não presente).

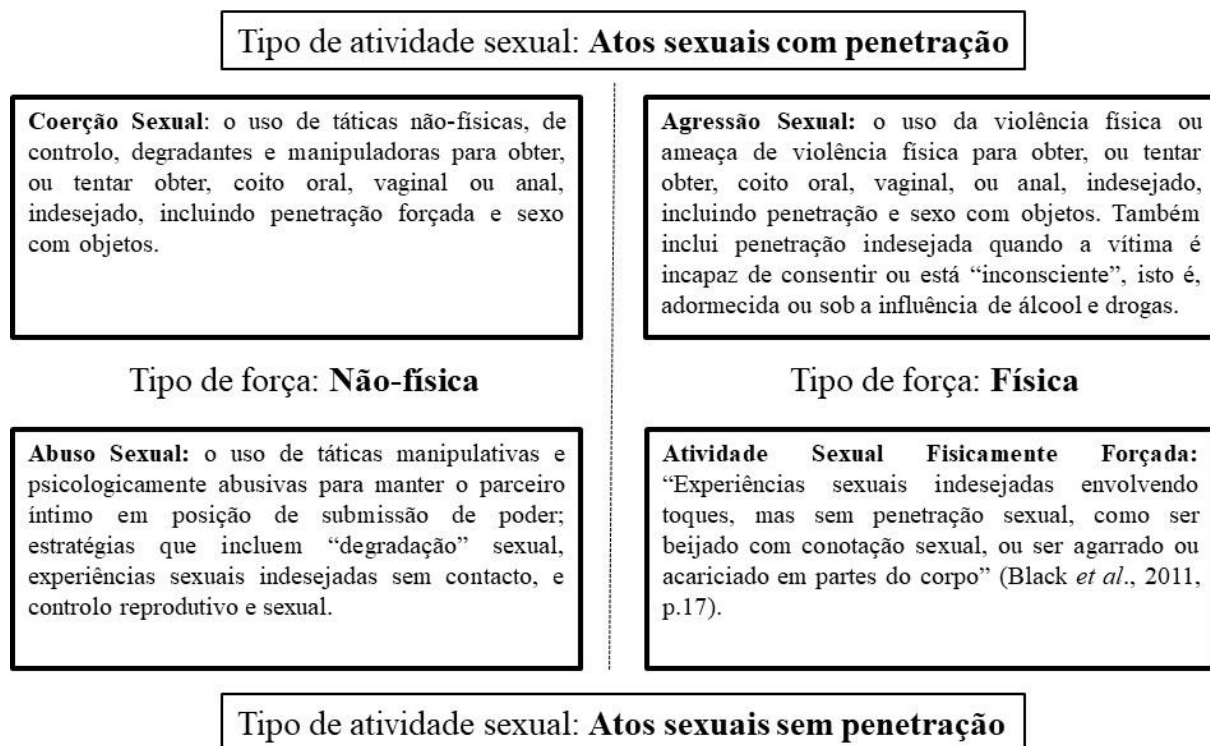


Figura 1: Taxonomia VSRI. Adaptado de Bagwell-Gray *et al.* (2015).

Apesar de alguns casos de VSRI acontecerem fora de relações em que existe VD de outro tipo, a maioria dos eventos encontrados na literatura acontecem neste contexto (Maria, 2004). Talvez nesta lógica, este tipo de crime está enquadrado no Artigo 152º do Código Penal (CP), consagrado à VD.

Durante séculos, os tribunais recusaram-se a reconhecer a violação conjugal como um crime. Ou seja, as mulheres não tinham qualquer direito de recusar relações sexuais e o seu consentimento era irrelevante (Goodwin, 2015). A este respeito, até aos anos 80, a violação dentro do casamento era ilegal unicamente numa minoria dos países ocidentais (Lourenco, Lisboa, & Pais, 1997). Em última análise, os tribunais priorizavam a harmonia e a paz dos maridos que violavam e abusavam fisicamente das suas esposas. O terror experimentado por elas sob estas condições raramente - se alguma vez - foi levado em consideração (Goodwin, 2015). Este silêncio na lei criou impunidade legal para os homens, legitimando assim essa forma particular de violência contra as mulheres.

Atualmente existe a consciência que se trata de um problema de direitos humanos que exige uma reparação legal e social (Randall & Venkatesh, 2015). No entanto, embora a VD seja reconhecida como uma questão de direitos humanos que justifique a intervenção legal, a extensão da componente especificamente sexual da violência contra as mulheres em relações íntimas, incluindo a violação no casamento, é drasticamente sub-reconhecida, sendo que a criminalização do sexo sem consentimento não pode depender do contexto relacional (Randall & Venkatesh, 2015).

A recente Convenção do Conselho da Europa para Prevenir e Combater a Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), em vigor desde agosto de 2014, é um dos instrumentos mais abrangentes contra a violência de género. A Convenção de Istambul obriga explicitamente as suas partes a criminalizarem a VS, nomeadamente, quando cometida contra ex-cônjuges ou parceiros atuais, vivendo ou não na mesma residência.

Antes mesmo do sistema legal conseguir responder às situações de violência contra a mulher, as ofensas têm de chegar ao conhecimento das Forças de Segurança (FS). A intervenção policial é um dos principais e primordiais recursos a que uma mulher vítima de violência recorre em situação de crise, pois parece constituir um paradigma de confiança e segurança. Neste sentido, este será um ponto basilar para a construção e manutenção do sentimento de segurança, consagrando a importância e o impacto que o tipo de atendimento e intervenção de uma FS tem no decurso de toda a situação desencadeada por um episódio de violência. Nesta linha de pensamento, já existem investigações que demonstram que as respostas policiais positivas potenciam a autoimagem das vítimas, encorajando-as a procurar uma resolução legal para os seus problemas, aumentando a satisfação da vítima face à polícia, assim como a sua vontade de entrar em contacto no futuro (Marinho, Matos, & Magalhães,

2010). Contudo, as respostas e atitudes policiais negativas são razões que levam as vítimas a não reportar os incidentes de violência (Felson & Ackerman, 2001;Marinho et al., 2010).

A pressão social e política, proveniente particularmente das análises feministas das relações sociais, provocaram uma nova leitura da realidade. Porém, ainda hoje, e os dados obtidos pela literatura provam-no, tendo em atenção os conhecimentos teóricos e empíricos que apontam a família como uma célula particularmente exposta à violência sexual, existe uma grande relutância em percecionar, e muito menos declarar, certos comportamentos como violentos, por se inscreverem, historicamente, nos padrões normais do relacionamento instituído entre os sexos (Alves et al., 2016).

Assim, uma das formas de eliminar a VSRI é alterando a estrutura social que criou e perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, pois este crime é o resultado da dominação masculina, quer na sociedade em geral, quer no âmbito doméstico.

Por tudo isto, é objetivo geral desta investigação, contribuir para um melhor conhecimento sobre a VS exercida contra mulheres pelo seu parceiro íntimo (atual ou passado), designadamente numa população portuguesa. Os objetivos específicos são: (1) analisar a proporção de alegadas ocorrências de VS, de entre os casos de VRI recolhidos; (2) caracterizar, em termos sociodemográficos, as mulheres alegadamente vítimas de AS no contexto de um processo de VRI, bem como os alegados agressores; (3) analisar potenciais fatores de risco para a ocorrência de VSRI; (4) caracterizar a VS e sua respetiva relação com os demais tipos de violência ocorridos no contexto de uma RI, bem como possíveis consequências daí decorrentes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolver o presente estudo, foi criada uma base de dados a partir dos casos de alegadas situações de VD provenientes dos autos de violência doméstica (AVD) da GNR, bem como das fichas de avaliação de risco (Ficha RVD - 1L Avaliação de risco para situações de violência doméstica), tendo como critérios de inclusão: (a) casos ocorridos no distrito do Porto; (b) no ano de 2015; (c) contra mulheres; (d) a partir dos 16 anos; (e) alegadamente perpetrados por indivíduos do sexo masculino; (f) a partir dos 16 anos; (g) mantendo uma relação, atual ou passada, de namoro, união de facto, marital ou extramarital com a vítima (independentemente de haver, ou não, coabitação). Neste sentido, foi obtida uma amostragem intencional.

De um total de 2035 NUIPC's (Número Único de Identificação do Processo Crime) de VD obtiveram-se 1820 casos que cumpriam os requisitos acima citados. Posteriormente, para dar resposta aos objetivos específicos, foi feito um estudo de comparação entre os dois grupos estabelecidos (**G1**, onde a VS estava presente, e **G2**, onde a VS estava ausente), relativamente aos aspetos sociodemográficos e outras variáveis consideradas importantes, que permitissem as análises e caracterizações desejadas como resposta aos objetivos estabelecidos.

A amostragem é também de conveniência, na medida em que o distrito do Porto registou, no período em estudo, uma das maiores taxas de incidência do crime de VD a nível nacional, segundo o último relatório anual de monitorização de VD elaborado pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI). Para além disso, a GNR está presente em 17 dos 18 concelhos do distrito, pelo que permitiu uma recolha mais representativa da amostra.

Todo o tratamento estatístico foi efetuado utilizando o SPSS[®], versão 24, para *Mac*. As condições dos testes paramétricos não se verificaram, utilizando-se por isso testes não-paramétricos. De forma a alcançar os objetivos, foram aplicados os seguintes procedimentos estatísticos: para responder ao primeiro objetivo, foi utilizada a análise de frequências; em resposta aos restantes três objetivos, utilizou-se o *Teste de Qui-Quadrado* (aplicando quando necessário a *Correção de Yates* bem como o *Teste Exato de Fisher*) e ainda o *Teste t* para amostras independentes. Um nível de significância de 5% foi sempre o considerado ($p < 0,05$).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Proporção de alegadas ocorrências de VS na amostra recolhida

Foram analisadas as frequências de duas variáveis. A proveniente dos AVD, referente à ocorrência de VS, e a procedente das RVD - 1L, a qual diz respeito ao facto das alegadas vítimas responderam afirmativamente à questão “O/A ofensor/a já exerceu violência sexual sobre a vítima ou outro familiar? (ex: abuso, violação ou tentativas)” (Tabela 1).

Relativamente à primeira, foi encontrada uma percentagem de 2.3% (n=42) correspondente de VSRI. Por outro lado, ao calcular-se a frequência da segunda variável, a proporção aumenta ainda consideravelmente. Aqui, de entre os casos identificados, obteve-se uma percentagem de 10.6% (n=192), o que pode ser facilmente explicado pois, como é dado a conhecer pela própria questão, a mesma abrange não só a alegada vítima, como outros familiares, e não dispomos de informações complementares suficientes para discernir sobre essas duas possibilidades. Além disso, contrariamente à informação recolhida com os AVD, que é obtida através do relato da vítima, esta é dada mais assertivamente através de uma pergunta mais direta (e.g., “O que lhe vou perguntar a seguir é de natureza mais delicada/íntima, mas a sua resposta é muito importante para podermos avaliar corretamente o seu caso. Em muitas situações, as pessoas são obrigadas pelo/a agressor/a a adotar comportamentos sexuais forçados e indesejados. Alguma vez aconteceu consigo?”), o que poderá ter interferência.

Tendencialmente, vão existir sempre fatores de relutância nas denúncias subjacentes às crenças das próprias mulheres em reconhecer tais atos como crime. A atitude das FS para

com a alegada vítima, na hora da recolha de informação, poderá também ter algum tipo de implicação mais ou menos positiva.

Enquadrados os resultados obtidos neste estudo, com a restante literatura, observam-se dados mais e menos concordantes. Em Portugal, a VRI é o segundo tipo de crime mais comum no tipo de violência interpessoal (F. B. C. de Souza, Drezett, de Cássia Meirelles, & Ramos, 2012). Mas quando nos referimos à VS, mais concretamente, os dados podem não ser tão concordantes. Os resultados do último relatório anual de monitorização da VD (correspondente ao ano de 2015 e primeiro semestre de 2016), elaborado pela SGMAI, revelam que dos 26200 casos reportados às FS, a nível nacional, apenas cerca de 3% revela ter sido alvo de VS, o que é semelhante ao encontrado no presente estudo. No entanto, os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), decorrentes do seu relatório de estatísticas abrangendo os anos de 2013 a 2015, que contempla apenas a VS, a VSRI aparece com um diferente destaque, comparativamente aos que habitualmente são reportados pelas FS. Aqui, as percentagens oscilam entre os 4% (n=20), perpetrada por ex-cônjuge no ano de 2013, e os 31.5% (n=186), praticada por cônjuge no ano de 2014. Isto poderá resultar do facto de as mulheres saberem que ao darem conhecimento a esta entidade, não têm repercussões diretas no sentido de haver uma queixa-crime imediata.

Num estudo mais recente, através da análise de 340 processos-crime de VD foi detetada que a maioria dos casos, 85.9% (n=302), não continham denúncia de VS, sendo que apenas 14.1% (n=48) a incluíam (Fonseca, 2016). Nessa mesma investigação, através de um estudo particular, obteve-se que cerca de 1 em cada 3 mulheres considera ser seu dever manter relações sexuais com o companheiro/marido contra a sua vontade e 1 em cada 5 é agredida quando nega relações sexuais ao companheiro, sendo obrigadas a manter essas relações (Fonseca, 2016). Mas num trabalho português (Grams, 1996), já de carácter quase histórico, porque entretanto muito mudou nesta matéria, do ponto de vista social e legal, e

sobretudo do ponto de vista da percepção das vítimas (Alves et al., 2016), apurou-se que numa amostra de 202 mulheres observadas no contexto de uma queixa por alegado crime de natureza sexual, apenas 1 caso teria sido perpetrado pelo companheiro; ao contrário, entrevistando mulheres alegadamente vítimas de agressão física pelo companheiro (n=66), 97.9% referiam a existência de contactos sexuais violentos ou contra a sua vontade (reiterados em 87.5% e maioritariamente há mais de 5 anos). Deste estudo, retira-se que as mulheres podem não compreender certos comportamentos sexuais como abusivos, não os reportando, ou, compreendendo a violência e ilicitude do ato, não os querer denunciar, enquanto que no contexto de uma queixa por crime de outra natureza, se perguntadas acerca de eventuais contactos sexuais abusivos, a quase totalidade das mulheres veio a concluir pela sua existência.

De facto, VS é um problema universal e frequente, no âmbito das RI (Karamagi, Tumwine, Tylleskar, & Heggenhougen, 2006; Organization, 2010). Apesar da dificuldade de delimitar a prevalência da VSRI, pelos motivos atrás mencionados, existem estudos que têm identificado dados de frequência bastante significativa, variando entre 24.7% e 50%; contudo, se forem tidas em conta apenas formas de VS mais severas, estas taxas baixam para entre os 6% e 39% (Paiva & Figueiredo, 2004).

Um estudo desenhado e coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) providencia uma visão abrangente dos padrões de vitimização pela violência praticada pelo parceiro íntimo e a VS em contextos e culturas opostas. Foi realizada uma comparação transcultural, entre 2000 e 2003 em dez países, e identificou-se que a prevalência da VSRI em mulheres com idade compreendida entre os 15 e os 49 anos variou de 6% a 59%, com a maior parte dos locais de estudo oscilando entre os 10% e 50%. Há ainda evidência que dentro de um país a prevalência pode variar consoante se trate de uma zona mais rural ou mais citadina (Garcia-Moreno et al., 2006).

Contudo, no panorama geral de países estudados, houve menor ocorrência de VS frente às outras formas de violência (V. A. P. Pinto, 2013b; Randall & Venkatesh, 2015; Schraiber et al., 2008).

Tabela 1: Proporção de alegadas ocorrências de VS obtidas através dos AVD vs. proporção obtida através das RVD - 1L.

	n	%	Total
AVD	42	2.3	1630
RVD – 1L	192	10.6	1677

Legenda: AVD - autos de violência doméstica; n – número de casos; RVD – 1L - ficha de avaliação de risco para situações de violência doméstica; VS – violência sexual.

3.2. Caracterização das alegadas vítimas

Os resultados desta análise podem observar-se na Tabela 2.

A média de idades das alegadas vítimas em ambos os grupos é semelhante (G1: M=42.61 anos; G2: M=42.14 anos), não apresentando associações estatisticamente significativas ($p=0.793$). A maioria dos estudos apontam para que as mulheres mais jovens sejam mais suscetíveis de sofrer VSRI (Argento et al., 2014; Cohen & Maclean, 2004). O mesmo confirmam as pesquisas acerca da duração do casamento. Tal poderá ser atribuído ao facto de que as mulheres mais novas geralmente têm menos experiência e estão menos familiarizadas com a vida conjugal e com eventuais problemas decorrentes daquela (Ipekten Alaman & Yıldız, 2014; Jahromi, Jamali, Koshkaki, & Javadpour, 2016; McFarlane et al., 2005; Moracco, Runyan, Bowling, & Earp, 2007). Os nossos resultados mostram-nos uma média de idades um pouco mais elevada, contudo parece fazer sentido que as mulheres mais velhas tenham, por norma, alguns tipos de crenças culturais mais enraizadas, ainda que não seja um índice de idade considerado alto. Mas também, e contrapondo esta justificação,

mulheres de faixa etária mais elevada, podem referir sofrer menos atos de VSRI porque são condicionadas por esse mesmo quadro sociocultural que dificulta a sua percepção (Lourenco et al., 1997).

Estabelecendo uma base de comparação entre os dois grupos, relativamente à variável “sexo”, todas as alegadas vítimas pertencentes ao G1 eram mulheres, ao passo que o mesmo não se verificou no segundo grupo, havendo uma percentagem de 10.9% correspondente de homens. Foi identificada uma associação estatisticamente significativa entre o sexo da vítima e a ocorrência de VSRI ($p=0.018$), a qual suporta a ideia de que as mulheres são tendencialmente mais sujeitas a sofrer VS por parte do seu parceiro íntimo. Os resultados obtidos são assim consistentes com a literatura, pois suportam que a ocorrência de VSRI está associada com o sexo, sendo as mulheres mais propensas a esse acontecimento. Apesar dos obstáculos inerentes à recolha de dados sobre a VS na intimidade, a literatura científica é concordante na ideia de que a AS se distingue de outras formas de violência por haver uma clara propensão ou vulnerabilidade da mulher para a vitimização sexual, comparativamente com os homens, que se assumem mais frequentemente como perpetradores (Peixoto et al., 2013; Schraiber et al., 2008; White, McMullin, Swartout, Sechrist, & Gollehon, 2008). Contudo, são ainda menos conhecidas as taxas da VS sofrida por homens, dada a escassez dos estudos efetuados na área (Tjaden & Thoennes, 2000).

Relativamente ao estado civil, não foi verificada uma associação estatisticamente significativa entre este e o tipo de crime cometido na intimidade ($p=0.304$). Contudo, ambos os grupos evidenciaram, na sua maioria, uma maior percentagem de alegadas vítimas com o *status* de casadas ou em união de facto (G1: 77.5%; G2: 64.2%). O mesmo nos confirma a análise da relação da alegada vítima com o suposto agressor, nos dois grupos. A variável “estado civil” apresenta estudos que apoiam os nossos resultados, nomeadamente por afirmarem que muitas mulheres sofreram a primeira experiência traumática no âmbito do seu

casamento (Ipekten Alaman & Yıldız, 2014). Contudo, outras pesquisas revelam que a mulher aquando divorciada/separada ou solteira é mais propensa à VSRI (Argento et al., 2014).

No que concerne às habilitações literárias das alegadas vítimas, não é possível afirmar qualquer tipo de associação uma vez que não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico. No entanto, é visível que à medida que o nível de ensino aumenta, o número das alegadas vítimas que padecem desses tipos de ensino diminui. Ou seja, parece haver uma tendência a existir um maior número de vítimas com um nível de ensino mais baixo em ambos os grupos. Resultados que se mostram congruentes com maior parte da literatura internacional, que aponta para que o baixo nível educacional das mulheres seja um fator para tolerar os seus direitos sociais e a tolerância da VD no geral e a VS em particular (Jamali & Javadpour, 2016; Yang, Ho, Chou, Chang, & Ko, 2006). Mulheres com um maior nível educacional tendem a ter uma maior perceção para com o tipo de violência em causa e, por isso, possuem mais estratégias para enfrentar a problemática (Jamali & Javadpour, 2016; Yang et al., 2006). Apesar disso, existem estudos que contradizem essa tendência. Flake (2005) identificou que as mulheres com um alto nível de instrução estavam em grande risco de sofrer VS praticada pelo parceiro íntimo.

No que respeita à situação profissional, no primeiro grupo, há uma percentagem similar relativamente ao número de alegadas vítimas empregadas e desempregadas, ainda que estas últimas se sobreponham ligeiramente – 32.5% e 35%, respetivamente. Já no segundo grupo acontece o oposto. Talvez seja por isto que, apesar de a maioria das alegadas vítimas não depender economicamente do agressor e existir uma associação estatisticamente significativa nesse sentido ($p=0.022$), se verifique uma tendência para uma maior proporção de vítimas dependentes no grupo em que terá ocorrido VS (G1=39.0% vs. G2=23.5%). Contudo, o facto de existir ou não uma associação entre a dependência económica da vítima e a ocorrência de violência pode ter diferentes interpretações consoante a literatura encontrada,

apontando a mesma para que, esta associação, hoje em dia, pareça ser contexto-específica (Dallan F Flake, 2005; Koenig, Ahmed, Hossain, & Mozumder, 2003; Naved & Persson, 2005).

Tabela 2 - Caracterização das alegadas vítimas.

	G1		G2		<i>p</i>
	n	%	n	%	
Sexo					0.018 ^a
Feminino	42	100	1415	89.1	
Masculino	0	0	173	10.9	
Estado Civil					0.304
Solteiro	3	7.5	245	16.1	
União de facto/Casado	31	77.5	975	64.2	
Separado/Divorciado	6	15.0	279	18.4	
Viúvo	0	0	19	1.3	
Habilitações Literárias					^b
Ensino básico	30	75.0	1106	73.7	
Ensino secundário	7	17.5	265	17.7	
Ensino Superior	2	5.0	64	4.3	
Não sabe ler/escrever	1	2.5	13	0.9	
Sem qualquer grau	0	0	35	2.3	
Outra	0	0	17	1.1	
Situação Profissional					^b
Ativo/Empregado	13	32.5	675	44.4	
Desempregado	14	35.0	482	31.7	
Reformado/Aposentado	3	7.5	96	6.3	
Estudante	1	2.5	19	1.3	
Invalidez para trabalho	0	0	10	0.7	
Doméstico	9	22.5	160	10.5	
Outra	0	0	77	5.1	
Relação com denunciado					^b
Cônjuge	26	61.9	824	51.9	
Companheiro (união facto)	6	14.3	388	24.4	
Namorado	0	0	36	2.3	
Ex-cônjuge	6	11.9	165	10.4	
Ex-companheiro	2	4.8	113	7.1	
Ex-namorado	3	7.1	62	3.9	
Dependência económica do agressor					0.022
Sim	16	39.0	358	23.5	
Não	25	61.0	1164	76.5	

a Foi aplicado o *Teste Exato de Fisher* por não se verificarem as condições necessárias para a utilização do valor do *Teste de Qui-Quadrado*.

b Não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico.

Legenda: G1 – grupo 1; G2 – grupo 2; n – número de elementos; *p* – probabilidade de significância.

3.3. Caracterização dos alegados agressores

Os resultados desta análise podem observar-se na Tabela 3.

A média de idades em ambos os grupos é semelhante (G1: M=45.49 anos; G2: M=44.49 anos), não apresentando associações estatisticamente significativas ($p=0.605$). Resultados relativamente coerentes com outros estudos encontrados (Ipekten Alaman & Yıldız, 2014; V. A. P. Pinto, 2013b) no que ao perpetrador de VSRI diz respeito.

No que concerne ao sexo, maioritariamente eram homens, em ambos os grupos, sendo que em G1 apenas existiu uma pressuposta agressora (podendo ou não ser decorrente de uma relação homossexual) e G2, por sua vez, admitiu uma percentagem apreciável de mulheres como alegadas perpetradoras de VRI (8.6%). Apesar de não ter existido nenhuma associação estatisticamente considerável entre as variáveis investigadas ($p=0.250$), foi identificada uma tendência que demonstra que os alegados perpetradores de VS ao nível das RI são do sexo masculino. Informação que já era expectável dado o que já foi dito ao longo do presente trabalho.

No que respeita ao estado civil, também aqui não foi verificada uma associação estatisticamente significativa ($p=0.268$) entre este e o tipo de crime ocorrido na RI. Mas na sua grande maioria, nos dois grupos destaca-se a grande percentagem atribuída aos alegados agressores “casados” (G1=73.7%; G2=59.4%). De salientar, também, a notável percentagem obtida para os alegados agressores separados/divorciados, o que pode até ser justificado pela questão de, em outras relações anteriores, já ter ocorrido tal violência, culminando com a rutura da mesma.

Relativamente às habilitações literárias, não é possível afirmar qualquer tipo de associação, uma vez que não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico. No entanto, as proporções indicam que: dos 37 casos do G1, 86.5% dos presumíveis agressores detinham o ensino básico. Tal como mostrou a análise das alegadas vítimas, também aqui parece haver uma tendência a existir um maior número de agressores com um nível de ensino mais baixo em ambos os grupos, informação esta

corroborada por alguns estudos que relatam que a baixa escolaridade dos homens é um fator importante no uso da violência contra as mulheres (Martin, Mackie, Kupper, Buescher, & Moracco, 2001), isto porque um nível educacional mais elevado dos casais poderá promover a sua autorrealização, logo lidando com os seus conflitos usando outros métodos que não necessariamente a violência (Jamali & Javadpour, 2016). Contudo, existem pesquisas que apresentam valores consideráveis de amostra com níveis educacionais mais elevados (Ipekten Alaman & Yıldız, 2014).

Não foi possível estabelecer nenhum tipo de associação entre situação profissional/VRI, contudo as conclusões que retiramos foram que a maioria dos alegados agressores pertencentes ao G1 se encontra ativo no mercado de trabalho (77.8%). O G2 mantém também essa propensão. As proporções obtidas por ambos os grupos, quando confrontadas, não parecem destoar pelo menos consideravelmente.

É notória a discrepância que existe em ambos os grupos relativamente aos alegados agressores economicamente dependentes da vítima, dos que não o são, ocorrendo, estes últimos, na sua grande maioria. Portanto, não foram encontradas diferenças significativas entre o G1 e G2 ($p=1.000$), mostrando os nossos resultados uma óbvia tendência para que presumíveis autores de VD não dependam economicamente das suas vítimas, o que é também concordante com os resultados revelados pela análise da situação profissional.

Ainda no que respeita ao ofensor, embora a pesquisa, até agora, não revele nenhum perfil exato, principalmente no que concerne às características sociodemográficas, através de uma revisão da literatura, foi possível obter também as seguintes características: estes homens são retratados frequentemente como indivíduos ciumentos, dominadores, que se sentem no direito de ter relações sexuais com a sua "propriedade" (Bergen & Barnhill, 2006). Alguns autores têm observado que os homens são mais propensos a agredir sexualmente as suas

parceiras, se têm fortes ligações com colegas do sexo masculino que legitimam a violência contra as mulheres (DeKeseredy & Joseph, 2006).

Especificamente, os homens física e sexualmente agressivos, têm tendências antissociais, padrões de comportamento delinquente, bem como padrões de consumo excessivo de álcool. No entanto, a exposição à pornografia, as suas próprias atitudes perante a VS e as motivações para o ato sexual, podem prever de maneira única a AS (White et al., 2008).

Na grande totalidade dos estudos encontrados na literatura, verifica-se existir uma associação positiva entre a VSRI e a agressividade dos ofensores. Os agressores que perpetraram VS parecem evidenciar maior agressividade física, raiva, impulsividade e comportamentos controladores ou ciumentos (Cunha & Gonçalves, 2011; Gonçalves, 2004).

Uma outra investigação verificou que os agressores conjugais têm níveis superiores de raiva, hostilidade e ressentimento, argumentando que as observações clínicas sugerem que os sentimentos de sofrimento, medo e ciúme surgem canalizados em expressões de raiva e agressividade (V. A. P. Pinto, 2013a). Os autores descrevem que o perfil de pensamento da raiva nos agressores conjugais envolve suspeição/ciúmes e tendência para quererem controlar as parceiras forçosamente pelo uso de estratégias coercivas e agressivas, pelo que a raiva é a chave emocional do perfil psicológico destes ofensores.

Autores afirmam que os indivíduos ao interpretarem os comportamentos das parceiras como uma negação se sentem frustrados e, como tal, decidem utilizar a força para atingirem os seus objetivos (Cunha & Gonçalves, 2011; Gonçalves, 2004). A VS em relacionamentos violentos tem igualmente como finalidade estabelecer e manter o poder/controlo do agressor, bem como a coerção utilizada pelos indivíduos perante desentendimentos sexuais funciona como uma expressão de raiva pela frustração sentida (Cunha & Gonçalves, 2011; Gonçalves, 2004).

Todavia, os autores acrescentam que, apesar dos resultados prospectivos sugerirem que níveis superiores de raiva são um fator de risco para a violência conjugal, permanece por esclarecer se esta relação de risco permite tirar conclusões sobre os efeitos da ativação da raiva a precederem episódios de violência conjugal (Norlander & Eckhardt, 2005).

Estes resultados vão ao encontro a outros estudos encontrados, os quais verificaram que a raiva, em conjunto com uma, são elementos preditores da VS (Lyn & Burton, 2005). Os agressores que tiveram uma vinculação insegura expressam a sua raiva e instabilidade afetiva perante figuras de vinculação significativas, como as companheiras, pelo que são fatores de risco para a violência conjugal (V. A. P. Pinto, 2013b).

As experiências de infância também se mostram de igual importância. Histórias de agressores que são marcadas pela vivência e testemunho de violência na família de origem e interações pai-filho negativas (White et al., 2008). As crianças podem aprender um conjunto de comportamentos coercivos decorrentes das suas interações familiares e, por sua vez, usar esses comportamentos ao interagir com terceiros. As interações familiares negativas e violentas fornecem uma base para a formação de atitudes negativas em relação às mulheres, atitudes que promovem a violência, autocontrolo inadequado e associação com grupos de pares delinquentes. Foi comprovado que o abuso físico ou sexual na infância e a supervisão e punição inadequada dos pais podem inibir formas positivas de socialização (Peixoto et al., 2013), resultando num baixo autocontrolo logo, aplicam estratégias agressivas e coercivas à resolução de problemas. Espera-se que essas estratégias se estendam para as RI.

Em casos extremos, a violação pode ser devida a comportamentos patológicos conhecidos como parafilia, ou distúrbios caracterizados por impulsos sexuais intensos e / ou perversões que também incluem a introdução consensual ou violenta de vários “corpos estranhos” na vagina (Gargiullo & Damiani, 2008).

Tabela 3 - Caracterização dos alegados agressores.

	G1		G2		<i>p</i>
	n	%	n	%	
Sexo					0.250 ^a
Feminino	1	2.4	129	8.6	
Masculino	40	97.6	1374	91.4	
Estado Civil					0.268
Solteiro	2	5.3	235	17.6	
União de facto	3	7.9	87	6.5	
Casado	28	73.7	796	59.4	
Separado/Divorciado	5	13.2	204	15.2	
Viúvo	0	0	17	1.3	
Habilitações Literárias					^b
Ensino básico	32	86.5	1095	79.1	
Ensino secundário	3	8.1	184	13.3	
Ensino Superior	0	0	41	3.0	
Não sabe ler/escrever	0	0	17	1.2	
Sem qualquer grau	1	2.7	32	2.3	
Outra	1	2.7	15	1.1	
Situação Profissional					^b
Ativo/Empregado	28	77.8	817	58.8	
Desempregado	3	8.3	366	26.3	
Reformado/Aposentado	4	11.1	131	9.4	
Estudante	0	0	3	0.2	
Invalidez para trabalho	0	0	12	0.9	
Doméstico	0	0	8	0.6	
Outra	1	2.8	52	3.7	
Dependência económica da vítima					1.000 ^a
Sim	3	10.0	142	12.9	
Não	27	90.0	960	87.1	

^a Foi aplicado o *Teste Exato de Fisher* por não se verificarem as condições necessárias para a utilização do valor do *Teste de Qui-Quadrado*.

^b Não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico.

Legenda: G1 – grupo 1; G2 – grupo 2; n – número de elementos; *p* – probabilidade de significância.

3.4. Potenciais fatores de risco à ocorrência de VS nas relações de intimidade

Os resultados desta análise podem observar-se na Tabela 4.

No que diz respeito à posse de armas, foi encontrada uma diferença estatisticamente significativa, ainda que ligeira ($p=0.043$), entre os dois grupos. Apesar de ambos demonstrarem que o “não possuir armas” prevalece, é notória uma diferença de proporções entre aqueles, onde G1 parece apresentar, apesar de tudo, mais predisposição à posse de

armas do que G2 (16.7%, vs. 7.7%). O mesmo se pode verificar através da análise dos resultados para o tipo de arma visto que “nenhum” terá sido a opção mais assinalada aquando a recolha de informação. Apesar disto, as armas brancas revelam-se como as mais utilizadas em ambos os grupos. O que acaba por ser compreensível dado o fácil acesso a este tipo de instrumento.

Apesar de não existir qualquer tipo de associação estatisticamente significativa relativamente aos grupos estudados, tanto no G1 como no G2, o consumo de álcool surge como estando associado à perpetração de violência, sendo que no primeiro grupo parece existir uma maior tendência para o consumo quando se verifica alegadamente a ocorrência de episódios de VS, resultados estes apoiados por diversos estudos que referem, nomeadamente, que o consumo de álcool por parte do agressor pode ser considerado um fator influente no aumento da taxa de mulheres agredidas sexualmente, mas também pode diminuir o reconhecimento e a divulgação por parte das vítimas, dado que é considerado uma desculpa aceite por elas (Abrahams et al., 2004). E, apesar de na literatura os dados se revelarem contraditórios, quanto à associação em causa, parece que o álcool funciona como desinibidor ou incitador para a violência, ou como desculpabilização para os atos cometidos (Cunha & Gonçalves, 2011; Mahoney, 2007; Elaine K Martin et al., 2007; Martins & Machado, 2010; White et al., 2008)

Relativamente ao consumo de drogas psicotrópicas, apesar da disparidade do número da totalidade de casos quando comparados os grupos, existe apenas uma ínfima diferença quando analisadas as proporções daqueles. Em ambos os grupos o não consumo de estupefacientes prevaleceu sobre o consumo (G1=92.7%; G2=92.6%). Relativamente à relação VSRI/ consumo de drogas, não existe a quantidade de estudos tal como para o consumo etílico, contudo há dados que demonstram uma correlação positiva dessa mesma relação (McFarlane et al., 2005).

Tabela 4 - Caracterização dos potenciais fatores de risco à ocorrência de VSRI.

	G1		G2		<i>p</i>
	n	%	n	%	
Posse de armas					0.043 ^a
Sim	7	16.7	122	7.7	
Não	35	83.3	1463	92.3	
Tipo de arma					^b
Nenhum	24	82.8	1006	90.0	
Arma branca	4	13.8	71	6.4	
Arma de fogo	1	3.4	21	1.9	
Outra arma/instrumento	0	0	20	1.8	
Consumo de álcool					0.224
Sim	25	61.0	772	51.4	
Não	16	39.0	731	48.6	
Consumo de drogas de abuso					1.000 ^a
Sim	3	7.3	111	7.4	
Não	38	92.7	1389	92.6	

^a Foi aplicado o *Teste Exato de Fisher* por não se verificarem as condições necessárias para a utilização do valor do *Teste de Qui-Quadrado*.

^b Não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico.

Legenda: G1 – grupo 1; G2 – grupo 2; n – número de elementos; *p* – probabilidade de significância.

3.5. Caracterização da VS e sua respetiva relação com os demais tipos de violência nas RI, e possíveis consequências daí decorrentes

Os resultados desta análise podem observar-se na Tabela 5.

Em relação ao motivo da intervenção policial, se esta acontece, ou não, a pedido da vítima, os dados são concordantes em ambos os grupos, no sentido de ter sido a própria vítima a requerer a intervenção das FS. Contudo, é preciso ressaltar que mesmo o G1 apresentando essa informação, não significa que a vítima reconheça a VSRI como componente da VD, visto todos os nossos resultados provirem dos AVD como aqui já foi referido.

Apesar da VSRI poder ocorrer de forma isolada, o que mais se encontra na literatura é que geralmente surge sempre acompanhada pelos demais tipos de violência decorrentes da uma relação violenta (Costa & Barros, 2016; Jamali & Javadpour, 2016; Mira, 2016; Neto da Cruz Leitão, 2014; V. A. P. Pinto, 2013b; Randall & Venkatesh, 2015). Por isso, tal como

seria expectável, também os nossos resultados expressaram esse facto - a ocorrência de violência física e emocional sobrepuseram-se em ambos os casos. A VS, por norma, surge quase sempre acompanhada da violência física, levando mesmo alguns investigadores a sugerir que a coocorrência destes dois tipos de violência numa relação íntima é uma forma distinta de vitimização, diferindo de qualquer tipo de VRI por si só (Katz et al., 2008; White et al., 2008). Parece haver duas explicações possíveis para este achado. Uma hipótese é que a VS está a ser usada como uma outra forma de ataque durante um episódio fisicamente violento; uma segunda hipótese, no entanto, é que esses parceiros não veem o sexo forçado como violação, e em vez disso tentam iniciar o ato sexual como forma de pedir desculpas pelo abuso físico (Bennice & Resick, 2003). Contudo, a AS não tem, necessariamente, que ocorrer a par da agressão física pois algumas mulheres relatam ceder a relações sexuais indesejadas precisamente para evitar episódios de violência física (Randall & Venkatesh, 2015).

Uma das razões para a alta prevalência da violência emocional é o facto de que é difícil fornecer provas concretas para provar esse tipo de violência nos tribunais. Portanto, os homens tendem a cometê-la em maior escala e as mulheres relatam um número maior de incidentes relacionados com a violência emocional, em comparação com os outros tipos de VD (Dolatian, Hesami, & Shams, 2010; Jahanfar & Malekzadegan, 2007; Sheikhan, Ozgoli, Azar, & Alavimajd, 2014). A menor percentagem de violência física em comparação com a violência emocional pode ser atribuída a vários motivos. Pelo que foi dito anteriormente, em relação aos termos legais serem mais explícitos relativamente à primeira, ou mesmo porque as próprias mulheres normalmente podem ser mais relutantes a falar sobre as suas experiências fisicamente violentas (Houry, Kemball, Rhodes, & Kaslow, 2006; Jahromi et al., 2016; Mouzos & Makkai, 2004; Schraiber et al., 2007; Weingourt, Maruyama, Sawada, & Yoshino, 2001).

Relativamente à violência económica e social, apesar de ambas não terem ocorrido na maioria dos nossos casos, foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre estas variáveis e os grupos de estudo. Isto porque é notória a diferença existente entre proporções quando comparados G1 e G2. A destacar que G1 mostra percentagens consideravelmente mais elevadas quando analisadas as ocorrências destas duas formas de violência, o que pode ser indicativo de que quando a VSRI acontece, ambos os tipos de violência também estão mais associados a essa ocorrência.

Uma vez que a VSRI está na interseção da VRI e da VS, é muitas vezes ignorada e as investigações sobre as consequências específicas desta ficam aquém da investigação sobre outras formas de violência contra as mulheres (Meredith E Bagwell-Gray, Jill Theresa Messing, & Adrienne Baldwin-White, 2015). Apesar disto, a literatura relevante, aponta para que aquela afete profundamente a saúde e a sexualidade feminina produzindo até um impacto maior e mais duradouro frente a outras formas de violência (Hussain & Khan, 2008; Jozkowski & Sanders, 2012; McCaw, Golding, Farley, & Minkoff, 2007). Na nossa investigação e pela inacessibilidade a possíveis informações complementares, apenas foi possível obter resultados acerca das consequências a nível físico e, pelo que a tabela demonstra, em ambos os grupos, a ausência de lesões é o item que se destaca, seguindo-se os ferimentos ligeiros. O que seria importante também recolher, passa por outros tipos de consequências que não só as físicas, bem como perceber mais especificamente os diferentes tipos de lesões. Isto porque há evidências de que as consequências psicológicas para as vítimas de VSRI tendem a ser mais graves do que quando um estranho comete um ato desta natureza (Messing, Thaller, & Bagwell, 2014). Uma mulher que sofre AS por parte do seu parceiro convive não só com a recordação, mas também com o próprio, como já nos referia (Finkelhor, 1983), não havendo, desta forma, um lugar onde se possa sentir a salvo de uma possível revitimização (Bergen & Barnhill, 2006).

Das consequências psicológicas fazem parte: ansiedade, baixa autoestima, culpa, depressão, perturbação de stresse pós-traumático, falta de interesse e controlo sobre a sexualidade, abuso de substâncias psicotrópicas e medicamentosas, e comportamentos suicidas. (Bennice & Resick, 2003; Cavanaugh, Messing, Del-Colle, O'Sullivan, & Campbell, 2011; Feinstein, Humphreys, Bovin, Marx, & Resick, 2011; Ipekten Alaman & Yıldız, 2014; McFarlane et al., 2005; Weaver et al., 2007). As consequências imediatas incluem lesões e morte por agressão física, gravidez indesejada e risco de contração de doenças sexualmente transmissíveis (McFarlane et al., 2005; Organization, 2013; Rountree & Mulraney, 2010). Outras consequências físicas são lesões nos órgãos reprodutivos, disfunção sexual, infeções do sistema urinário, infertilidade, adoção de comportamentos sexuais de alto risco e tendência a ter múltiplos parceiros sexuais (Shannon et al., 2009).

Tabela 5 - Caracterização da VS e sua respetiva relação com os demais tipos de violência ocorridos no contexto de uma RI bem como possíveis consequências daí decorrentes.

	G1		G2		<i>p</i>
	n	%	n	%	
Motivo da intervenção policial					0.366
A pedido da vítima	32	76.2	1297	81.7	
Outro	10	23.8	291	18.3	
Violência Física					0.330
Sim	29	69.0	979	61.6	
Não	13	31.0	609	38.4	
Violência Psicológica/Emocional					0.148
Sim	35	83.3	1165	73.4	
Não	7	16.7	423	26.6	
Violência Económica					<0.001
Sim	13	31.0	135	8.5	
Não	29	69.0	1453	91.5	
Violência Social					<0.001
Sim	13	31.0	159	10.0	
Não	29	69.0	1429	90.0	
Consequências					^b
Ferimentos ligeiros	11	30.6	718	46.9	
Ferimentos graves	1	2.8	1	0.1	
Sem lesões	24	66.7	813	53.1	

^a Foi aplicado o *Teste Exato de Fisher* por não se verificarem as condições necessárias para a utilização do valor do *Teste de Qui-Quadrado*.

^b Não foram verificadas as condições necessárias para a aplicação do respetivo teste estatístico.

Legenda: G1 – grupo 1; G2 – grupo 2; n – número de elementos; *p* – probabilidade de significância.

3.6. Limitações do estudo

Investigações nesta matéria irão, eventualmente, refletir o estigma da VS sofrida pelas mulheres no âmbito das suas RI. Neste sentido, parece quase impraticável encontrar uma amostra suficientemente representativa de vítimas que reflita a AS isolada. Ou seja, à semelhança do que ocorreu com a obtenção da nossa amostra, aquela vai advir, em princípio, de amostras de alegadas vítimas que tenham relatado primeiramente outros acontecimentos violentos que não a VS. Adicionalmente, dos casos recolhidos para análise, observou-se um elevado número de *missings* que, por si só, foi redutor na obtenção de informação pois não permitiu, provavelmente, que algumas das análises efetuadas demonstrassem resultados estatisticamente significativos ou, simplesmente, qualquer tipo de resultado.

Ainda a referir que a presente pesquisa foi alicerçada no distrito do Porto e, portanto,

poderão existir diferenças nos perfis de alegadas vítimas e alegados agressores provenientes de outras partes do país. Pode também interferir o facto de os dados utilizados terem sido recolhidos pela GNR e esta não ser a única força de segurança que regista este tipo de crime.

Refira-se, ainda, a baixa amostragem, tratando-se, contudo de casos de difícil obtenção. Idealmente, e como proposta futura, os dados seriam procurados junto dos Ministério Público e Tribunais, depois da resolução judicial dos casos, tratando-se, contudo, de uma complexa logística não passível de ser concretizada no âmbito deste tipo de estudo.

Seria ambicionável uma investigação mais alargada que permitisse ampliar o conhecimento, onde, por exemplo, existisse uma abordagem direta e pessoal às vítimas para que houvesse um maior entendimento das crenças e perceções daquelas em relação à VSRI. Seria também interessante realizar um estudo neste âmbito, mas onde a amostra de estudo fosse composta por elementos do sexo masculino. Explorar mais as razões que levam o homem a perpetrar tal violência, ver a sua perspetiva ao ponto de perceber se consideram os seus atos como “legítimos”, são ainda outras questões às quais parece importante dar resposta.

4. CONCLUSÕES

Este estudo proporcionou uma resposta aos objetivos pré-estabelecidos, independentemente das próprias limitações subjacentes ao tema desta dissertação. Reforçou a ideia de que o fenómeno da VRI em geral, e a VSRI em particular, não é isolado e, como tal, deve ser reconhecido como algo complexo que necessita de uma intervenção eficaz.

Através da revisão bibliográfica efetuada foi possível identificar os pontos fulcrais inerentes à problemática em questão, tendo por base um conjunto de fatores que parecem estar associados à perpetração deste tipo de violência. Para além disso, no que respeita às perceções que as mulheres têm sobre a violência sexual exercida contra elas pelo seu parceiro íntimo, foi possível a confirmação de que, mesmo com a leitura de estudos mais recentes, as crenças culturais enraizadas na sociedade atual e mesmo nas próprias mulheres, continuam a mantê-las relutantes na tomada de consciência e consequente denúncia do crime.

Como seria expectável, os resultados obtidos, na sua maioria, foram congruentes com a literatura internacional. Assim, destacamos como resultados mais relevantes, os seguintes:

a) Taxa de VS nos casos reportados de VRI: 2.3%, o que muito provavelmente, não revela números reais, sendo talvez o reflexo de que, mesmo com uma amostragem recente de mulheres, as crenças culturais continuam a prevalecer face à realidade de que são vítimas de um crime punido por lei;

b) Perfil da alegada vítima de VSRI: idade média de 42.61 anos, sexo feminino, titular do ensino básico, casada, desempregada, não depende economicamente do seu agressor;

c) Perfil do alegado agressor: idade média de 45.49 anos, sexo masculino, detentor do ensino básico, casado, empregado, não depende economicamente da vítima. Embora este perfil não apresente uma base de comparação a nível bibliográfico tão sólida quando comparado com o perfil sociodemográfico da vítima, foi possível, através de uma revisão da

literatura, apurar outras características que se mostraram importantes na revelação do perfil do agressor. O elevado nível de raiva, agressividade e impulsividade, comportamentos controladores ou ciumentos, vinculação insegura e experiências na infância negativas, foram alguns dos achados.

d) Potencial fator de risco à ocorrência de VSRI: consumo de álcool. Adicionalmente, foram analisados o consumo de drogas de abuso e a posse de armas, porém não se mostraram determinantes à perpetração da VS;

e) Intervenção policial: a pedido da vítima. Fator algo surpreendente, no sentido em que se mostra como contraditório, decorrente da dificuldade que as mulheres possuem em perceber a sua própria vitimização;

f) Tipos de violência ocorridos no contexto de uma AS em RI: violência física e psicológica/emocional. Paralelamente, foi investigada a coocorrência com a violência emocional e social, contudo não se obteve resultados significativos;

g) Consequências decorrentes da VSRI: sem lesões a nível físico. Apesar de ter sido efetuada apenas uma análise às possíveis consequências a nível físico (dada a disponibilidade de informação reunida), obteve-se um resultado relativamente previsível dado que, tal como confirmado pela revisão bibliográfica, as consequências a nível psicológico parecem revelar-se mais frequentes e nefastas.

Assim, apesar das limitações identificadas, e de outras que podem ser apontadas, considera-se que o estudo realizado permitiu reforçar as lacunas ainda existentes neste domínio, revelando-se por isso, de extrema importância no sentido em que apela à consciencialização da sociedade em geral e das potenciais vítimas em particular.

5. REFERÊNCIAS

- Abrahams, Naeemah, Jewkes, Rachel, Hoffman, Margaret, & Laubsher, Ria. (2004). Sexual violence against intimate partners in Cape Town: prevalence and risk factors reported by men. *Bulletin of the World Health Organization*, 82(5), 330-337.
- Alves, Maria João Vidal, Manita, Celina, Caldas, Inês Morais, Fernández-Martinez, Elena, Gomes da Silva, Angélica, & Magalhães, Teresa. (2016). Evolution and analysis of cultural and cognitive factors related with domestic violence against women. *Journal of interpersonal violence*, 0886260516645570.
- Argento, Elena, Muldoon, Katherine A, Duff, Putu, Simo, Annick, Deering, Kathleen N, & Shannon, Kate. (2014). High prevalence and partner correlates of physical and sexual violence by intimate partners among street and off-street sex workers. *PloS one*, 9(7), e102129.
- Bagwell-Gray, M. E., Messing, J. T., & Baldwin-White, A. (2015). Intimate Partner Sexual Violence: A Review of Terms, Definitions, and Prevalence. *Trauma Violence Abuse*, 16(3), 316-335. doi: 10.1177/1524838014557290
- Bagwell-Gray, Meredith E, Messing, Jill Theresa, & Baldwin-White, Adrienne. (2015). Intimate partner sexual violence: A review of terms, definitions, and prevalence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 16(3), 316-335.
- Basile, Kathleen C. (2002). Prevalence of wife rape and other intimate partner sexual coercion in a nationally representative sample of women. *Violence and victims*, 17(5), 511-524.
- Basile, Kathleen C. (2008). Histories of violent victimization among women who reported unwanted sex in marriages and intimate relationships: Findings from a qualitative study. *Violence Against Women*, 14(1), 29-52.
- Bennice, Jennifer A, & Resick, Patricia A. (2003). Marital rape: History, research, and practice. *Trauma, Violence, & Abuse*, 4(3), 228-246.
- Bergen, Raquel Kennedy, & Barnhill, Elizabeth. (2006). *Marital rape: New research and directions*: National Resource Center on Domestic Violence, Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence.
- Caridade, Sónia, & Machado, Carla. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77-104.
- Caridade, Sónia, & Machado, Carla. (2012). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493.
- Carmo, Rute, Grams, Ana, & Magalhães, Teresa. (2011). Men as victims of intimate partner violence. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 18(8), 355-359.
- Cavanaugh, Courtenay E, Messing, Jill Theresa, Del-Colle, Melissa, O'Sullivan, Chris, & Campbell, Jacquelyn C. (2011). Prevalence and correlates of suicidal behavior among adult female victims of intimate partner violence. *Suicide and life-Threatening BEHAVIOR*, 41(4), 372-383.
- Cohen, Marsha M, & Maclean, Heather. (2004). Violence against Canadian women. *BMC women's health*, 4(1), S22.

- Concha-Eastman, Alberto, & Krug, Etienne. (2002). Informe mundial sobre la salud y la violencia de la OMS: una herramienta de trabajo. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 12(4), 227-229.
- Costa, Diogo, & Barros, Henrique. (2016). Instruments to assess intimate partner violence: a scoping review of the literature. *Violence and victims*, 31(4), 591.
- Cunha, Olga, & Gonçalves, Rui Abrunhosa. (2011). Tratamento de agressores domésticos: o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC). *Anuario de Psicología Jurídica*, 16, 41-64.
- Davis, Tracy. (2000). Programming for men to reduce sexual violence. *New Directions for Student Services*, 2000(90), 79-89.
- Day, Vivian Peres, Telles, LE de B, Zoratto, Pedro Henrique, Azambuja, MRF de, Machado, Denise Arlete, Silveira, Marisa Braz, . . . Blank, Paulo. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev Psiquiatr Rio Gd Sul*, 25(Supl 1), 9-21.
- de Souza, Flavia Bello Costa, Drezett, Jefferson, de Cássia Meirelles, Alcina, & Ramos, Denise Gimenez. (2012). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 98-103.
- de Souza, Patrícia Alves, & Da Ros, Marco Aurélio. (2006). Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. *Revista de Ciências Humanas*(40), 509-527.
- DeKeseredy, Walter S, & Joseph, Carolyn. (2006). Separation and/or divorce sexual assault in rural Ohio: Preliminary results of an exploratory study. *Violence Against Women*, 12(3), 301-311.
- Dolatian, M, Hesami, K, & Shams, J. (2010). Relationship between violence during pregnancy and postpartum depression. *Iranian Red Crescent Medical Journal*, 2010(4), 377-383.
- Erez, Edna, & Belknap, Joanne. (1998). In their own words: Battered women's assessment of the criminal processing system's responses. *Violence and victims*, 13(3), 251.
- Feder, Gene S, Hutson, Madeleine, Ramsay, Jean, & Taket, Ann R. (2006). Women exposed to intimate partner violence: expectations and experiences when they encounter health care professionals: a meta-analysis of qualitative studies. *Archives of internal medicine*, 166(1), 22-37.
- Feinstein, Brian A, Humphreys, Kathryn L, Bovin, Michelle J, Marx, Brian P, & Resick, Patricia A. (2011). Victim–offender relationship status moderates the relationships of peritraumatic emotional responses, active resistance, and posttraumatic stress symptomatology in female rape survivors. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 3(2), 192.
- Felson, Richard B, & Ackerman, Jeff. (2001). Arrest for domestic and other assaults. *Criminology*, 39(3), 655-676.
- Finkelhor, David. (1983). *The dark side of families: Current family violence research*: Sage.
- Flake, D. F. (2005). Individual, family, and community risk markers for domestic violence in Peru. *Violence Against Women*, 11(3), 353-373. doi: 10.1177/1077801204272129
- Flake, Dallan F. (2005). Individual, family, and community risk markers for domestic violence in Peru. *Violence against women*, 11(3), 353-373.

- Fonseca, Farene Rodrigues. (2016). *A violência sexual nas relações de intimidade: Das perícias forenses às decisões judiciais*. Universidade do Porto.
- Garcia-Moreno, Claudia, Jansen, Henrica AFM, Ellsberg, Mary, Heise, Lori, & Watts, Charlotte H. (2006). Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The lancet*, 368(9543), 1260-1269.
- Gargiullo, Bruno Carmine, & Damiani, Rosaria. (2008). *Il crimine sessuale tra disfunzioni e perversioni. Con schede cliniche di oltre 70 casi* (Vol. 88): FrancoAngeli.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa. (2004). Agressores conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista portuguesa de ciência criminal*, 14(4), 541-558.
- Goodwin, Michele. (2015). Marital Rape: The Long Arch of Sexual Violence Against Women and Girls. *American Journal of International Law*, 109, 326-331.
- Grams, Ana Clara. (1996). CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL NA RELAÇÃO CONJUGAL *Boletim de Medicina Legal e Toxicologia Forense*
- Guruge, S, Jayasuriya-Illesinghe, V, Gunawardena, N, & Perera, J. (2016). Intimate partner violence in Sri Lanka: a scoping review. *Ceylon medical journal*, 60(4).
- Harvey, Alison, Garcia-Moreno, Claudia, & Butchart, Alexander. (2007). Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence: Background paper for WHO expert meeting May 2–3, 2007. *Geneva: World Health Organization, Department of Violence and Injury Prevention and Disability, 2007*.
- Heise, Lori, Ellsberg, Mary, & Gottmoeller, Megan. (2002). A global overview of gender-based violence. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 78, S5-S14.
- Houry, Debra, Kemball, Robin, Rhodes, Karin V, & Kaslow, Nadine J. (2006). Intimate partner violence and mental health symptoms in African American female ED patients. *The American journal of emergency medicine*, 24(4), 444-450.
- Hoyle, Carolyn. (1998). *Negotiating domestic violence: Police, criminal justice, and victims*: Oxford University Press on Demand.
- Hussain, Rafat, & Khan, Adeel. (2008). Women's perceptions and experiences of sexual violence in marital relationships and its effect on reproductive health. *Health care for women international*, 29(5), 468-483.
- Ipekten Alaman, Mehtap, & Yıldız, Hatice. (2014). Domestic sexual violence and sexual problems among gynecology outpatients: an example from Turkey. *Women & health*, 54(5), 439-454.
- Jahanfar, Shayesteh, & Malekzadegan, Zahra. (2007). The prevalence of domestic violence among pregnant women who were attended in Iran University of Medical Science Hospitals. *Journal of Family Violence*, 22(8), 643.
- Jahromi, Marzieh Kargar, Jamali, Safieh, Koshkaki, Afifeh Rahmanian, & Javadpour, Shohreh. (2016). Prevalence and risk factors of domestic violence against women by their husbands in Iran. *Global journal of health science*, 8(5), 175.
- Jamali, Safieh, & Javadpour, Shohreh. (2016). The Impact of Intimate Male Partner Violence on Women's Sexual Function: A Study in Iran. *Journal of clinical and diagnostic research: JCDR*, 10(12), QC29.

- Josephs, Lauren L, & Abel, Eileen Mazur. (2009). Investigating the relationship between intimate partner violence and HIV risk-propensity in Black/African-American women. *Journal of Family Violence*, 24(4), 221-229.
- Jozkowski, Kristen N, & Sanders, Stephanie A. (2012). Health and sexual outcomes of women who have experienced forced or coercive sex. *Women & health*, 52(2), 101-118.
- Karamagi, Charles AS, Tumwine, James K, Tylleskar, Thorkild, & Heggenhougen, Kristian. (2006). Intimate partner violence against women in eastern Uganda: implications for HIV prevention. *BMC public health*, 6(1), 284.
- Katz, Jennifer, Moore, Jessica, & May, Pamela. (2008). Physical and Sexual Covictimization From Dating Partners A Distinct Type of Intimate Abuse? *Violence Against Women*, 14(8), 961-980.
- Koenig, Michael A, Ahmed, Saifuddin, Hossain, Mian Bazle, & Mozumder, ABM Khorshed Alam. (2003). Women's status and domestic violence in rural Bangladesh: individual- and community-level effects. *Demography*, 40(2), 269-288.
- Logan, TK, Cole, Jennifer R, & Shannon, Lisa A. (2007). A mixed-methods examination of sexual coercion and degradation among women in violent relationships who do and do not report forced sex. *Violence and victims*, 22(1), 71-94.
- Lourenco, Nelson, Lisboa, Manuel, & Pais, Elza. (1997). *Violencia contra as mulheres: Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher*.
- Lyn, Tamara S, & Burton, David L. (2005). Attachment, anger and anxiety of male sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 11(2), 127-137.
- Mahoney, P., & Williams, L. (2007). Sexual Assault in Marriage: Prevalence, Consequences, and Treatment of Wife Rape. .
- Maria, Susana. (2004). *Mulheres sobreviventes de violação*.
- Marinho, L, Matos, E, & Magalhães, T. (2010). O atendimento policial em casos de violência conjugal.
- Martin, E.K., Taft, C.T., & Resick, P.A. (2007). A review of marital rape.' *Aggression and Violent Behaviour*, 12(3), 329-347.
- Martin, Elaine K, Taft, Casey T, & Resick, Patricia A. (2007). A review of marital rape. *Aggression and Violent Behavior*, 12(3), 329-347.
- Martin, Sandra L, Mackie, Linda, Kupper, Lawrence L, Buescher, Paul A, & Moracco, Kathryn E. (2001). Physical abuse of women before, during, and after pregnancy. *Jama*, 285(12), 1581-1584.
- Martins, S, & Machado, C. (2010). Violência sexual em jovens adultos: caracterização e implicações para a investigação. *Novas formas de vitimação criminal*, 61-120.
- McCaw, Brigid, Golding, Jacqueline M, Farley, Melissa, & Minkoff, Jerome R. (2007). Domestic violence and abuse, health status, and social functioning. *Women & Health*, 45(2), 1-23.
- McFarlane, Judith, Malecha, Ann, Watson, Kathy, Gist, Julia, Batten, Elizabeth, Hall, Iva, & Smith, Sheila. (2005). Intimate partner sexual assault against women: frequency, health consequences, and treatment outcomes. *Obstetrics & Gynecology*, 105(1), 99-108.

- Messing, Jill Theresa, Thaller, Jonel, & Bagwell, Meredith. (2014). Factors related to sexual abuse and forced sex in a sample of women experiencing police-involved intimate partner violence. *Health & social work, 39*(3), 181-191.
- Mira, Rita. (2016). Guia de bolso sobre violência sexual: Para profissionais. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*(36), 199-202.
- Moracco, Kathryn E, Runyan, Carol W, Bowling, J Michael, & Earp, Jo Anne L. (2007). Women's experiences with violence: A national study. *Women's Health Issues, 17*(1), 3-12.
- Mouzos, Jenny, & Makkai, Toni. (2004). *Women's experiences of male violence: Findings from the Australian component of the International Violence Against Women Survey (IVAWS)* (Vol. 56): Australian Institute of Criminology Canberra.
- Naved, Ruchira Tabassum, & Persson, Lars Åke. (2005). Factors associated with spousal physical violence against women in Bangladesh. *Studies in family planning, 36*(4), 289-300.
- Neal, Angela M., & Edwards, Katie M. (2017). Perpetrators' and Victims' Attributions for IPV: A Critical Review of the Literature. *Trauma, Violence, & Abuse, 18*(3), 239-267. doi: 10.1177/1524838015603551
- Neto da Cruz Leitão, Maria. (2014). Mulheres sobreviventes de violência exercida por parceiros íntimos—a difícil transição para a autonomia. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 48*(1).
- Norlander, Bradley, & Eckhardt, Christopher. (2005). Anger, hostility, and male perpetrators of intimate partner violence: A meta-analytic review. *Clinical psychology review, 25*(2), 119-152.
- Oliveira, Madalena Sofia, & Sani, Ana Isabel. (2009). A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro.
- OMS. (2012). Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência: Organização Mundial da Saúde Washington DC.
- Organization, World Health. (2010). Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence.
- Organization, World Health. (2013). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence: executive summary *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence: executive summary*.
- Paiva, Carla, & Figueiredo, Bárbara. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses.
- Peixoto, Judite, Matos, Marlene, & Machado, Carla. (2013). Violência sexual no namoro: Os atletas universitários como grupo de risco? *Psicologia, 27*(1), 133-156.
- Pinto, António Paulo Vieira. (2015). Suspensão provisória do processo em suspeita de crimes de violência doméstica contra mulheres no âmbito de relações de intimidade. O seu papel no combate à reentrada no sistema de justiça.
- Pinto, Vânia Alexandra Pires. (2013a). *Violência sexual na conjugalidade: o papel da agressividade*.

- Pinto, Vânia Alexandra Pires. (2013b). *Violência Sexual na Conjugalidade: o papel da agressividade*. (Mestrado Integrado em Psicologia), Universidade do Minho.
- Randall, Melanie, & Venkatesh, Vasanthi. (2015). The Right to No: The Crime of Marital Rape, Women's Human Rights, and International Law. *Brook. J. Int'l L.*, 41, 153.
- Reisenhofer, Sonia, & Taft, Angela. (2013). Women's journey to safety—The Transtheoretical model in clinical practice when working with women experiencing Intimate Partner Violence: A scientific review and clinical guidance. *Patient education and counseling*, 93(3), 536-548.
- Rountree, Michele Angela, & Mulraney, Meredith. (2010). HIV/AIDS risk reduction intervention for women who have experienced intimate partner violence. *Clinical social work journal*, 38(2), 207-216.
- Schraiber, Lilia Blima, d'Oliveira, Ana Flávia PL, França-Junior, Ivan, Diniz, Simone, Portella, Ana Paula, Ludermir, Ana Bernarda, . . . Couto, Márcia Thereza. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Schraiber, Lilia Blima, D'oliveira, Ana Flávia PL, & Junior, Ivan França. (2008). Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano, 2005. *Revista de Saúde Pública*, 42(suppl. 1), 127-137.
- Shannon, Kate, Kerr, Thomas, Strathdee, Steffanie A, Shoveller, Jean, Montaner, Julio S, & Tyndall, Mark W. (2009). Prevalence and structural correlates of gender based violence among a prospective cohort of female sex workers. *Bmj*, 339, b2939.
- Sheikhan, Zohre, Ozgoli, Giti, Azar, Mahyar, & Alavimajd, Hamid. (2014). Domestic violence in Iranian infertile women. *Medical journal of the Islamic Republic of Iran*, 28, 152.
- Silva, Ana Rita Pereira Eleuterio. (2014). Violência nas relações de namoro no Norte de Portugal-uma análise epidemiológica dos casos mortais e não-mortais dos anos 2008 a 2012.
- Tiwari, Agnes, Cheung, Denise Shuk Ting, Chan, Ko Ling, Fong, Daniel Yee Tak, Yan, Elsie Chau Wai, Lam, Gloria Ling Lee, & Tang, Debbie Hoi Ming. (2014). Intimate partner sexual aggression against Chinese women: a mixed methods study. *BMC women's health*, 14(1), 70.
- Tjaden, Patricia, & Thoennes, Nancy. (2000). Prevalence and consequences of male-to-female and female-to-male intimate partner violence as measured by the National Violence Against Women Survey. *Violence against women*, 6(2), 142-161.
- Ventura, Maria Clara Amado Apóstolo, Ferreira, Maria Manuela Frederico, & Magalhães, Maria José de Sousa. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*(11), 95-103.
- Weaver, Terri L, Allen, Janice A, Hopper, Elizabeth, Maglione, Melissa L, McLaughlin, Dorcas, McCullough, Mary Ann, . . . Brewer, Teresa. (2007). Mediators of suicidal ideation within a sheltered sample of raped and battered women. *Health care for women international*, 28(5), 478-489.
- Weingourt, Rita, Maruyama, T, Sawada, I, & Yoshino, J. (2001). Domestic violence and women's mental health in Japan. *International nursing review*, 48(2), 102-108.

- White, Jacquelyn W, McMullin, Darcy, Swartout, Kevin, Sechrist, Stacy, & Gollehon, Ashlyn. (2008). Violence in intimate relationships: A conceptual and empirical examination of sexual and physical aggression. *Children and Youth Services Review*, 30(3), 338-351.
- Wiehe, Vernon R. (1998). *Understanding family violence: Treating and preventing partner, child, sibling and elder abuse*: Sage publications.
- Yang, M-S, Ho, S-Y, Chou, F-H, Chang, S-J, & Ko, Y-C. (2006). Physical abuse during pregnancy and risk of low-birthweight infants among aborigines in Taiwan. *Public Health*, 120(6), 557-562.